

Reformar para crescer

O presidente Fernando Henrique Cardoso sinalizou, no Chile, com um crescimento esperado da economia brasileira da ordem de 7% a 8% no corrente ano. É uma previsão bem otimista, mas que vem calçada nos resultados do ano passado e no bom desempenho geral da indústria e da agricultura nos dois primeiros meses de 95. Todas as estatísticas, sejam de órgãos públicos como a Fundação IBGE, ou de organismos privados, como a Fiesp, também confirmam que o Plano Real forneceu as condições para o desenvolvimento econômico mais acelerado do País a partir deste ano.

Se os indicadores econômicos são promissores, os sociais também acompanham essa tendência ao crescimento. Os números sobre desemprego, especialmente na região metropolitana de São Paulo, motor da economia nacional, mostram tendências ao declínio. Progressivamente, a indústria, o comércio e os serviços absorvem mão-de-obra, apesar de ainda se contabilizar milhares de desempregados. O importante é assinalar que a tendência não é de aumento, mas de redução do desemprego.

Outros sinalizadores da recuperação econômica do País são os níveis de consumo, que chegam a forçar o Governo a baixar medidas de contenção, com medo do retorno das taxas de inflação. A preocupante tendência de diminuição da poupança popular deve ser atenuada agora com o ligeiro

aumento da remuneração da poupança, para evitar que os recursos sejam simplesmente desviados para compras nem sempre prioritárias ao orçamento doméstico.

O quadro de otimismo da economia tem sido emoldurado, também, pelas constantes declarações de grandes empresas nacionais e estrangeiras do aumento de seus investimentos no Brasil, neste restante de década de 90. Além disso, as Bolsas têm recebido recursos externos que, mesmo após a crise do México, não chegaram a refluir como previam os mais pessimistas, até porque as reservas cambiais brasileiras são suficientemente altas para compensar perdas nesses investimentos estrangeiros.

A tendência ao crescimento deverá tomar impulso a partir da aprovação das reformas constitucionais pelo Congresso Nacional, notadamente as de modificação dos monopólios estatais, bem como as da Previdência Social, com vistas a diminuir o pesado ônus que elas representam ao sistema previdenciário. É de se entender que o Presidente da República, ao apontar taxas de 7% a 8% de crescimento do Brasil este ano, levou em conta a aprovação das reformas pedidas pelo Executivo, sem as quais ficaria difícil apostar em taxas tão altas de desenvolvimento. As reformas, portanto, fazem parte integrante da expectativa positiva de progresso para 1995.